

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE Nº 17.282.2013-10

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2012.

RESPONSÁVEL: Clóvis Valdir Moretti

PROCURADOR: Paulo Luiz Pedrazza

RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## ACÓRDÃO Nº 10.057/2016

### PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS IRREGULARES. INCORREÇÕES NOS LANÇAMENTOS CONTÁBEIS. RESTOS A PAGAR SEM COBERTURA FINANCEIRA. DESPESA DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE DEFINIDO NA LRF. NÃO IMPLEMENTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TERCEIRIZADO. CONTRATAÇÕES SEM LICITAÇÃO. MULTA AO GESTOR E AO CONTADOR. ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por **unanimidade**, nos termos do **voto do Conselheiro-Relator**: **1)** condenar o **Sr. Clóvis Valdir Moretti** ao pagamento de multa de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais), pelas irregularidades apontadas, destacando-se as licitações e restos a pagar sem cobertura financeira, prevista no art. 89, II, da LCE nº 38/93; **2)** pela aplicação de multa, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), ao **Sr. Aparecido Colombo**, Contador, com base no art. 89, inciso II, em face das irregularidades e falhas contábeis apontadas; **3)** pelo encaminhamento de cópia da decisão ao Ministério Público em face do descumprimento da Lei nº 8.666/93 e do art. 359-B do Código Penal. Após, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 20 de outubro de 2016.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Relator

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE Nº 17.282.2013-10

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2012.

RESPONSÁVEL: Clóvis Valdir Moretti

PROCURADOR: Paulo Luiz Pedrazza

RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## RELATÓRIO

1. Trata o presente processo da Prestação de Contas do Sr. **CLOVIS VALDIR MORETTI**, Prefeito Municipal de Acrelândia, referente ao exercício de 2012, apresentada tempestivamente.

2. A 2º IGCE verificou em seu Relatório Técnico de fls. 315/316 que, o **orçamento inicial** do município foi de R\$ 21.061.000,00 (vinte e um milhões sessenta e um mil reais), o qual, após alterações, atingiu o valor de **R\$ 27.538.200,00** (vinte e sete milhões quinhentos e trinta e oito mil e duzentos reais).

3. A **receita arrecadada** atingiu o montante de R\$ 21.927.580,23 (vinte e um milhões novecentos e vinte e sete mil quinhentos e oitenta reais e vinte e três centavos).

3.1 A **receita corrente líquida** foi calculada em R\$ 19.129.330,23 (dezenove milhões cento e vinte e nove mil trezentos e trinta reais e vinte e três centavos).

4. A **despesa orçamentária** foi fixada em R\$ 27.488.200,00 (vinte e sete milhões quatrocentos e oitenta e oito mil e duzentos reais).

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

4.1 Já a **despesa executada** atingiu a importância de R\$ 23.434.475,01 (vinte e três milhões quatrocentos e trinta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e um centavo), havendo um saldo do exercício anterior insuficiente para cobrir os restos a pagar, deixando a descoberto R\$ 1.012.925,58 (um milhão doze mil novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

5. Quanto aos limites constitucionais, o gestor cumpriu o mínimo constitucional previsto no art. 212 da Constituição, de 25% da RCL, quanto à aplicação mínima em manutenção e desenvolvimento do ensino, aplicando R\$ 2.275.489,87 (dois milhões duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), equivalentes a 25,43% da receita base de cálculo (fl. 205).

5.1 Em relação ao FUNDEB, verifica-se que foi aplicado na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades, o valor de R\$ 4.339.696,54 (quatro milhões trezentos e trinta e nove mil seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), equivalente a 66,27% da receita base de cálculo (fl. 205), cumprindo assim o mínimo previsto de 60%.

6. Quanto ao limite mínimo de 15% referente às ações e serviços de saúde, previstos no art. 77, inciso III da ADCT, foi apurado que naquele exercício foi aplicado o valor de R\$ 1.441.785,12 (um milhão quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e oitenta e cinco reais e doze centavos), o qual corresponde a 16,55% da receita base de cálculo (fl. 203), cumprindo assim o mínimo constitucional.

7. A transferência ao poder legislativo alcançou 8,17% da receita base de cálculo, não cumprindo o limite máximo de 7% previsto no art. 29-A, inciso I da Constituição Federal.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

8. O pagamento dos subsídios dos agentes políticos guarda conformidade com os valores fixados em Resolução.
9. Constatou-se que o gasto total de pessoal, no município de Acrelândia, foi de 60,84% da receita corrente líquida (fl. 205), descumprindo o limite de 60% previsto no art. 19 da LRF. Tal foi notificado pelos gastos do executivo que atingiram o percentual de 58,92% da RCL (fl. 206), descumprindo o limite de 54 % previsto no artigo 20, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000.
10. O Resultado Nominal e Primário apresentados estão inconsistentes.
11. Não ocorreu a implementação do controle interno.
12. Ocorreu a contratação de pessoal sem concurso público, tendo a despesa com a terceirização dos serviços atingido R\$ 238.190,08.
13. Houve pagamento de encargos por atraso, de FGTS e INSS, totalizando R\$ 5.744,41.
14. Foram feitas contratações sem licitação:
- |                           |           |
|---------------------------|-----------|
| 14.1 Serviços Contábeis   | 48.000,00 |
| 14.2 Sistema Contábil     | 16.078,43 |
| 14.3 Consultoria Contábil | 34.300,00 |
15. O saldo não comprovado no exercício foi de R\$ 219,06.
16. Diversas falhas contábeis foram verificadas.
17. Citados o gestor e o contador, apenas o primeiro apresentou documentos analisados na instrução.

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

18. Foram apensados a estes autos o Processo nº 17.285.2013-40 – Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Acrelândia, exercício de 2012.

19. O MPE se manifestou às fls. 436/437 através de seu ilustre Procurador-Chefe Mario Sérgio Neri de Oliveira.

É o relatório.

**Rio Branco-AC, 20 de outubro de 2016.**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Relator

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE Nº 17.282.2013-10

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2012.

RESPONSÁVEL: Clóvis Valdir Moretti

PROCURADOR: Paulo Luiz Pedrazza

RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

### VOTO

Após a análise procedida nos dados das contas apresentadas, restou apurado:

- a) Incorreções nos lançamentos contábeis;
- b) Inconsistências do resultado nominal e primário;
- c) Restos a pagar sem cobertura financeira, no montante de R\$ 1.012.925,58, descumprindo os artigos 9º, 15, 16 e 17 da LRF;
- d) Transferência ao Legislativo acima do limite definido no art. 29-A, inciso I da CF;
- e) Despesa de pessoal acima do limite da LRF, com 58,92% da RCL;
- f) Não implementação do Controle Interno;
- g) Contratação de pessoal terceirizado e sem concurso público;
- h) Pagamento de encargos por atraso do FGTS e INSS de R\$ 5.744,41 (cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos);
- i) Contratações realizadas sem licitação;
- j) Saldo do exercício não comprovado, no valor de R\$ 219,06 (duzentos e dezenove reais e seis centavos).

Destaque-se que os valores dos encargos pagos por atraso do FGTS e INSS (R\$ 5.744,41) e do saldo não comprovado (R\$ 219,06) são de pequena monta, em face do que deixamos de propor a sua devolução e sendo assim, **VOTO:**

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

1 – Pela emissão de Parecer Prévio considerando **IRREGULARES** as Contas do Prefeito **Clóvis Valdir Moretti**, referentes ao exercício de 2012, com fulcro no art. 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da LCE nº 38/93 em face das falhas e irregularidades apontadas, e pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Acrelândia para o seu julgamento, de acordo com o ordenamento constitucional.

2 – Pela emissão de acórdão condenando o **Sr. Clóvis Valdir Moretti** ao pagamento de multa de R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais) pelas irregularidades apontadas, destacando-se as licitações e restos a pagar sem cobertura financeira, prevista no art. 89, II, da LCE nº 38/93.

3 – Pela aplicação de multa, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), ao **Sr. Aparecido Colombo**, Contador, com base no art. 89, inciso II, em face das irregularidades e falhas contábeis narradas.

4 – Pelo encaminhamento dos autos ao Ministério Público em face do descumprimento da Lei nº 8.666/93 e do art. 359-B do Código Penal.

5 - Pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Acrelândia para o julgamento das contas de governo, de acordo com o ordenamento constitucional.

6 – Após, pelo arquivamento dos autos.

**É como Voto.**

**Rio Branco-AC, 20 de outubro de 2016.**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Relator



*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE Nº 17.282.2013-10

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Acrelândia

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2012.

RESPONSÁVEL: Clóvis Valdir Moretti

PROCURADOR: Paulo Luiz Pedrazza

RELATOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.260ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 20 de outubro do corrente ano. Participaram do julgamento os Conselheiros **Antonio Jorge Malheiro, Ronald Polanco Ribeiro e Dulcinéa Benício de Araújo** e a Conselheira Substituta **Maria de Jesus Carvalho de Souza**, e como Representante do Ministério Público de Contas, o **Dr. Mario Sérgio Neri de Oliveira**. Ausentes, justificadamente, a Conselheira-Presidenta, Naluh Maria Lima Gouveia e os Conselheiros Valmir Gomes Ribeiro e Antonio Cristovão Correia de Messias. Decisão: o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, **Antonio Jorge Malheiro.**” (à fl. 440)

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Relator